



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Relatório de Avaliação do Controle Interno 0001/2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
INTERESSADO:	ROGÉRIO LUIZ GALLO Secretário de Estado de Fazenda BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTÔNIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema Financeiro

Controle Interno. Auditoria de Avaliação dos Controles Internos do Sistema Financeiro do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas Unidades Setoriais e análise da atuação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ - Órgãos Centrais.

Cuiabá - MT
Março/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTROLES INTERNOS**
- 3. METODOLOGIA**
- 4. ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA FINANCEIRO**
 - 4.1. Pontos de controle com maior volume de ocorrências de achados**
 - 4.2. Questões de auditoria com maior volume de ocorrências**
 - 4.3. Achados de problemas com maior volume de ocorrências**
 - 4.4. Questões de causas com maior volume de ocorrências**
- 5. ÓRGÃO CENTRAL**
 - 5.1. Subsistema Financeiro - Órgão Central - Achados de Problemas**
 - 5.2. Órgão Central - Achados de Causas**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema Financeiro de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno realizados ao longo do ano de 2020, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação do Controles Internos e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 0011/2021, expedida pelo Secretário Controlador Geral.
2. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.
3. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível estas afetam a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.
4. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Controles Internos; Apresentação da Metodologia; Análise Gerencial do Subsistema Financeiro; Órgão Central e Considerações Finais.

2 CONTROLES INTERNOS

5. Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados à evolução de uma abordagem burocrática, para uma abordagem gerencial, voltada a entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.
6. Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.
7. De acordo com o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway



Comission as atividades de controle são representadas:

(...) pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

8. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há ainda uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura 01 - Ilustração do Modelo de Três Linhas:

O Modelo das Três Linhas do The IIA



9. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização, estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos



objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

3 METODOLOGIA

10. O conteúdo desse relatório representa a consolidação das avaliações dos controles internos realizadas no exercício de 2020, cuja metodologia observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos.

11. Necessário esclarecer que na Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

4 ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA FINANCEIRO

12. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema Financeiro, realizada em 09 (nove) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no ano de 2020: AGER, DESENVOLVE MT, MTI, MT PREV, MT SAÚDE, SEAF, SECITECI, SEMA e SESP.

13. No Subsistema Financeiro foram analisados 05 (cinco) Pontos de Controle, que representam os seguintes processos: Adiantamento, Despesas Públicas, Diárias, Programação Financeira e Restos a Pagar.

14. Os achados de problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das 06 (seis) unidades avaliadas.

15. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.



16. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

4.1 PONTOS DE CONTROLE COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS DE ACHADOS

17. Na tabela 01 estão relacionados os Pontos de Controle avaliados e a quantidade de órgãos e entidades que tiveram esse Ponto avaliado no Subsistema Financeiro.

Tabela 01 - Quantidade de órgãos/entidades avaliados por ponto de controle.

Pontos de Controle	Quant. Órgãos/Entidades Avaliados
Adiantamentos	6
Despesas Públicas	6
Diárias	6
Programação Financeira	9
Restos a Pagar	4

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

18. Nos 09 (nove) órgãos/entidades avaliados, foram identificados no Subsistema Financeiro 42 (quarenta e dois) achados de problemas, distribuídos em 05 (cinco) Pontos de Controle.

19. A Figura 02 demonstra a distribuição das 42 (quarenta e dois) ocorrências de achados de problemas identificados no Subsistema Financeiro.

Figura 02 - Quantidade de achados por ponto de controle.



Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

20. Os Pontos de Controle com volume maior de achados identificados foram Adiantamentos



com 11 (onze) achados e Programação Financeira com 10 (dez). Esses 2 Pontos de Controle perfazem juntos o valor de 21 achados, correspondendo a 50% do total de achados identificados em todos os Pontos de Controle.

4.2 QUESTÕES DE AUDITORIA COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

21. A tabela 02 demonstra o levantamento das questões de auditoria com maior volume de ocorrência. De um universo de 11 (onze) questões de auditoria, foram identificados 42 (quarenta e dois) achados de problemas distribuídos em 07 (sete) questões.

Tabela 02 - Achados de problemas por questão de auditoria

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
Os procedimentos de controle da programação financeira estão de acordo com a legislação que a regulamenta?	Programação Financeira	10	23,81
Os processos de pagamento de despesas estão de acordo com as normas vigentes?	Despesas Públicas	9	21,43
A prestação de contas dos adiantamentos está de acordo com a legislação vigente?	Adiantamentos	6	14,29
A concessão dos adiantamentos está de acordo com a legislação vigente?	Adiantamentos	5	11,91
A prestação de contas de diárias está de acordo com a legislação vigente?	Diárias	4	9,52
A concessão de diárias está de acordo com a legislação vigente?	Diárias	4	9,52
Os registros de Restos a Pagar atendem à legislação vigente?	Restos a Pagar	4	9,52
	Total	42	100

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

22. Observa-se que as questões que apresentaram maior quantidade de falhas são as relacionadas com os procedimentos de controle da programação financeira (23,81%), os processos de pagamentos de despesas (21,43%) e os relacionados com a concessão e prestação de contas de adiantamento (26,2%), totalizando 71,44% do total de achados identificados no Subsistema Financeiro.

4.3 ACHADOS DE PROBLEMAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

23. Identificou-se a ocorrência de 21 (vinte e um) achados de problemas distintos, com 42 (quarenta e dois) ocorrências no total. Estão demonstrados na tabela 03, os achados com maior volume de ocorrência e que, juntos, somaram 33 (trinta e três) achados.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 03 - Ocorrências dos achados de problemas em ordem decrescente.

Achados	Ponto de Controle	Quantidade achados	Órgãos avaliados	Recorrência da falha %
Inscrição de Restos a Pagar sem Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	4	4	100,00
Ausência ou deficiência de comprovação da regularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária	Despesas Públicas	4	6	66,67
Pagamento intempestivo de diárias	Diárias	4	6	66,67
Os resultados de execução orçamentária, financeira e patrimonial não asseguram condições para manter atividades operacionais do órgão/entidade.	Programação Financeira	5	9	55,56
Ausência ou deficiência de comprovação do recolhimento de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias	Adiantamentos	2	6	33,33
Ausência ou deficiência de detalhamento da destinação do recurso	Adiantamentos	2	6	33,33
Ausência ou deficiência dos comprovantes de despesas	Adiantamentos	2	6	33,33
Concessão de adiantamento para custear despesas que poderiam ser submetidas ao processo normal de execução	Adiantamentos	2	6	33,33
Retenção e/ou recolhimento irregular de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	Despesas Públicas	2	6	33,33
Empenho de despesas a posteriori	Despesas Públicas	2	6	33,33
Ausência ou deficiência do comprovante de realização da viagem	Diárias	2	6	33,33
Otimizar os gastos públicos de modo a assegurar condições para cumprimento de metas.	Programação Financeira	2	9	22,22

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

24. A quantidade de achados de problema por órgão/entidade avaliado encontra-se disposta na tabela 04.

Tabela 04 - Achados de maior recorrência por ponto de controle e órgão/entidade.

Órgãos	Adiantamentos	Despesas Públicas	Diárias	Restos a Pagar	Programação Financeira	Total
AGER	2		2	1	1	6
DESENVOLVE MT	2	1	2		1	6
MTI	4	2	1		1	8
MT PREV					1	1
MT SAÚDE					2	2
SEAF	1	2	2	1	1	7
SECTIECI	1	3	1	1	2	8
SEMA					1	1
SESP	1	1		1		3
Total	11	9	8	4	10	42

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

4.4 QUESTÕES DE CAUSAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

25. De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência de problemas, a fim de que se possa tecer recomendações adequadas à eliminação das causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas).

26. Para identificação das causas que deram ensejo aos problemas de controle verificados, colhem-se evidências e efetuam-se análises.



27. A seguir apresentamos as questões formuladas para identificação das causas dos problemas relativas ao subsistema financeiro.

1. **SISTEMAS INFORMATIZADOS** - atendem as necessidades e encontram-se adequados?
2. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL** - atende as necessidades e encontra-se adequado?
3. **EXTERNALIDADES** - Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?
4. **ESTRUTURA FÍSICA** - Os recursos tecnológicos, equipamentos e mobiliários são adequados para o bom funcionamento do setor?
5. **INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA** - Infraestrutura tecnológica atende as necessidades e encontra-se adequada?
6. **PESSOAS** - Quadro de pessoal, atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado? A quantidade de pessoal atende as necessidades do setor? Houve, no ano corrente, capacitação dos servidores do setor em treinamentos relacionados aos seus trabalhos?
7. **PROCESSOS** - Gestão de processos, atende as necessidades e encontra-se adequado?

28. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa.

29. Dentre os achados de causa que desencadearam respostas negativas às questões de causas formuladas, foram identificados 05 (cinco) tipos de achados distintos, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando 34 (trinta e quatro) ocorrências.

30. Na tabela 05 visualiza-se a quantidade de achados por Ponto de Controle.

Tabela 05 - Quantidade de achados de causas por ponto de controle.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Pontos de Controle	Quantidade
Adiantamento	7
Despesas Públicas	6
Diárias	7
Programação Financeira	10
Restos a Pagar	4
TOTAL	34

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

31. A tabela 06 traz os 3 (três) achados causas com maior volume de ocorrências no Subsistema Financeiro.

Tabela 06 - Volume de ocorrências das causas identificadas por achados.

Achados	Quantidade
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	14
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou	8
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	6

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

32. As 3 causas acima perfizeram o montante de 28 (vinte e oito) ocorrências, o que representa 82,35% do total de achados de causas identificadas.

33. Na tabela 07 demonstramos os achados em relação a cada questão formulada. Sendo que o achado Insuficiência na supervisão/monitoramento na gestão dos processos ocorreu 14 vezes e o total geral de achados é 34.

Tabela 07 - Quantidade de achados por fonte de causas.

QUESTÕES DE CAUSA	ACHADOS DE CAUSAS	QUANTIDADE DE ACHADOS	TOTAL
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	3	3
5. PESSOAS O quadro de pessoal atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?	Capacitação formal insuficiente/deficitária	3	3
6. PROCESSOS Gestão de processos atende às necessidades e encontra-se adequada?	Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	14	28
	Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	8	
	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	6	
TOTAL			34

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.



34. Ainda em relação a tabela 07, verificou-se que os achados relativos a Processos somam 82,36%, os achados referente a Estrutura Organizacional e Pessoas somam 8,82% cada um.

Figura 03 - Fontes de causas de problemas - subsistema financeiro.



Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

35. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliados 38 (trinta e oito) recomendações nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno de 2020.

36. A seguir apresentamos as análises relativas aos Órgãos Centrais para cada Ponto de Controle do Subsistema Financeiro.

5 ÓRGÃO CENTRAL

5.1 SUBSISTEMA FINANCEIRO - ÓRGÃO CENTRAL - ACHADOS DE PROBLEMAS

37. Das questões de auditoria com maior volume de ocorrência, foram identificados 42 (quarenta e dois) achados de problemas, conforme demonstra-se na tabela 08.

Tabela 08 - Questões de auditoria com maior volume de ocorrência



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
Os procedimentos de controle da programação financeira estão de acordo com a legislação que a regulamenta?	Programação Financeira	10	23,81
Os processos de pagamento de despesas estão de acordo com as normas vigentes?	Despesas Públicas	9	21,43
A prestação de contas dos adiantamentos está de acordo com a legislação vigente?	Adiantamentos	6	14,29
A concessão dos adiantamentos está de acordo com a legislação vigente?	Adiantamentos	5	11,91
A prestação de contas de diárias está de acordo com a legislação vigente?	Diárias	4	9,52
A concessão de diárias está de acordo com a legislação vigente?	Diárias	4	9,52
Os registros de Restos a Pagar atendem à legislação vigente?	Restos a Pagar	4	9,52
	Total	42	100

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

38. Verificou-se que órgão central - SEFAZ/MT tem adotado medidas preventivas, orientando as Unidades Orçamentárias na execução e registros contábeis como se verifica pelas normas contidas no sítio eletrônico: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>.

39. Em resposta às solicitações, os órgãos centrais apresentaram informações e medidas que foram implantadas e implementadas, bem como outras medidas que estão sendo desenvolvidas para implementação no ano de 2021.

40. No que se refere às ações realizadas para fiscalizar, orientar, coordenar e propor melhorias nos processos de programação e execução financeira das unidades orçamentárias setoriais do financeiro, destacaram:

a. Implantação de funcionalidades, regras e tratativas em tabelas básicas do sistema visando subsidiar o controle de atesto e detalhamento dos documentos fiscais na AQS/LIQ, bem como criação de regras restritivas ao pagamento relacionadas ao não detalhamento de documentos fiscais - Instrução de Serviços nº. 002/2020/SACE/SEFAZ.

b. Execução das despesas com adiantamentos aplicando a Lei Federal nº. 13.979/2020 - Instrução de Serviços nº 006/2020-SACE/SEFAZ.

c. Apresentação de novo fluxo e novos procedimentos no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN, voltadas à



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

execução das despesas de adiantamento utilizando Cartão Corporativo BB.

d. Orientação às Unidades Orçamentárias a respeito da nova tela Detalhar Fatura - Instrução de Serviço nº. 011/2020/SATE/SEFAZ.

e. Apresentação de novos procedimentos para execução de estorno/cancelamento de Restos a Pagar Processados - Instrução de Serviço nº. 012/2020/SATE/SEFAZ.

f. A data da entrada do registro do documento fiscal no protocolo deverá ser tempestiva, e esta data deverá ser incluída no FIPLAN, passando a ser obrigatório a vinculação documento fiscal a um processo de despesa. Para dar maior transparência à execução de uma despesa e permitir o controle e gestão dos pagamentos em conformidade com a ordem cronológica de entrada dos Documentos Fiscais nas Unidades Orçamentárias do Poder Executivo - Instrução de Serviço nº 015/2020 - SACE/SEFAZ.

g. Orientação às Unidades Orçamentárias integrantes do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e órgãos dos outros Poderes no processo de Inscrição de Restos a Pagar - Instrução de Serviço nº. 021/2020/SATE/SEFAZ.

h. Orientações às Unidades Orçamentárias integrantes do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio de malotes eletrônicos do sistema FIPLAN em relação a execução orçamentária e financeira.

41. Em relação às melhorias propostas nas normas de programação e execução financeira que foram implantadas, implementadas ou que estejam em avaliação, destacaram:

SEFAZ/MT

a) Elaboração e disponibilização de instruções de serviços, procedimentos e orientações técnicas disponibilizadas no sítio eletrônico SEFAZ e nos malotes eletrônicos via sistema FIPLAN.

b) Publicação do Decreto Estadual nº. 399/2020 que estabeleceu os procedimentos em relação à execução orçamentária e financeira do exercício de 2020.

c) Publicação do Decreto Estadual nº. 710/2020 que estabeleceu os prazos e limites a serem observados com relação a execução orçamentária e financeira do exercício de 2020.

d) Publicação do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, relativo aos meses de março a dezembro/2020 - Anexo III - Decreto Estadual nº. 399/2020.



SEPLAG/MT

e) Publicação do Decreto Estadual nº. 603/2020 que trata da concessão e prestação de contas diárias, assim como da obrigatoriedade da utilização do Sistema de Gestão de Viagens - VG.

f) Publicação do Decreto Estadual nº 767/2020 - que alterou o Decreto nº 603/2020.

42. As avaliações do subsistema financeiro identificaram situações potenciais que contribuem para aumentar riscos de falhas de controle interno e para diminuir ou atacar essas situações foram implementadas pelo órgão central -SEFAZ- as seguintes medidas:

a) Manual de adiantamento em fase de elaboração e validação, dependendo de ajuste em funcionalidade no sistema FIPLAN ficar pronta (baixa de adiantamento após a prestação de contas). Previsto para a 2ª quinzena de abril/2021.

b) Acompanhamento, monitoramento e orientação da execução da Folha de Pagamento via malote eletrônico.

c) Elaboração de um fluxo processual pela Secretaria Adjunta da Contadoria Geral do Estado - SACE - SEFAZ/MT com previsão para término até 30.04.2021, conforme recomendado no RACI 004/2020.

d) O sistema GRF - Gestão de Recursos Financeiros da Conta Única (Fluxo de Caixa) está em fase de desenvolvimento, mas no momento houve uma interrupção para contemplar melhorias a serem implementadas no FIPLAN.

e) Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e contábil das Unidades Orçamentárias - UO.

f) Envio do Calendário de Recolhimento das Contribuições por malote eletrônico do FIPLAN para todos os usuários no 1º. dia útil do mês de referência alusivo as obrigações tributárias principais e acessórias e a data vencimento. São enviados, também, orientações de entrega dos comprovantes referente as obrigações principais e assessorias para a Coordenadoria de Gestão das Obrigações Tributárias do Estado - CGOT.

g) Relação de Restos a Pagar do Poder Executivo a serem cancelados por prescrição apresentados no site:
<http://www5.sefaz.mt.gov.br/relacao-de-restos-a-pagar-a-serem-cancelados-por-prescricao-por>



h) Apresentação de Planilha - Demonstrativo dos Empenhos em Processamento - Decreto Estadual nº. 710/2020 Encerramento Exercício 2020 - Malote Eletrônico nº. 137772 de 24.11.2020.

i) Informação ao setor financeiro das unidades orçamentárias sobre repasse financeiro por meio do Malote Eletrônico - cota de abril - Malote Eletrônico nº. 132133, de 20.04.2020.

43. Ainda em relação as avaliações do subsistema financeiro que identificaram situações potenciais que contribuem para aumentar riscos de falhas de controle interno, passamos agora tratar das medidas implementadas pelo órgão central - SEPLAG - para diminuir ou atacar essas situações identificadas.

a) Em fase de elaboração, atos normativos como cartilhas e Instruções Normativas para assegurar uma melhor instrução e melhor uso em relação a diárias.

b) Atualização do sistema GV, visando permitir a integração desse sistema aos sistemas FIPLAN e SEAPS, a fim de fornecer todos os meios necessários para uma melhor gestão e utilização de seus usuários, modernização do sistema, facilitando o acesso - Coordenadoria de Transportes.

c) Acompanhamento, suporte técnico e assistencial por meio de registro de chamadas no SIS (sistema interno de atendimento), através de e-mail e telefone em relação ao sistema gestão de viagens - GV pela Coordenadoria de Transporte - Manifestação 003/2021.

5.2 ÓRGÃO CENTRAL - ACHADOS DE CAUSAS

44. Dos trabalhos avaliados e dos procedimentos de controle relativos ao Subsistema Financeiro, inferiu-se que tal subsistema necessita de aprimoramento, e que, tais falhas representam riscos à eficácia do controle interno, devendo, portanto, ser perseguidas para que sejam mitigadas as ameaças à gestão financeira segura.

45. A tabela 09 mostra os achados de causas que foram identificados nas avaliações do Subsistema Financeiro das UOs.

Tabela 09 - Achados de causas do Subsistema Financeiro das UO's



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Achados	Quantidade
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	14
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	8
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	6
Capacitação formal insuficiente/deficitária	3
Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	3
Total	34

Fonte: Relatórios de Avaliação de Controle Interno do Exercício 2020, CGE.

46. Os parágrafos 41, 42 e 43 demonstram as ações dos órgãos centrais para sanar e reduzir as ocorrências relatadas no ano de 2019.

47. Assim, após informações e documentos enviados pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ/MT e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT, realizou-se a abordagem dos itens mapeados.

48. Verificou-se que a Superintendência de Gestão Financeira Estadual do Tesouro - SEFAZ/MT dá suporte diário de diversas maneiras, seja de forma presencial, por malote eletrônico via FIPLAN e por e-mail ou telefone, a todas as unidades orçamentárias quanto a legislação vigente, aos valores programados para o repasse financeiro, a suplementação ou antecipação de cotas financeiras.

49. As obrigações tributárias estão sendo gerenciadas, acompanhadas e monitoradas pela Coordenadoria de Gestão de Obrigações Tributárias - CGOT, cuja finalidade é manter o adimplemento das obrigações (recolhimento da receita arrecadada pelo Estado e folha) vinculadas ao Tesouro do Estado, provas de regularidade do Estado perante aos outros entes, bem como atender as exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC, do Governo Federal, disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Ministério da Fazenda.

50. Quanto ao adiantamento, está em andamento um manual que estabelecerá procedimentos em relação à concessão e a prestação de contas no sistema FIPLAN, no entanto, o Decreto Estadual nº 20/1999 encontra-se desatualizado em vista das legislações vigentes.

51. O sistema de Gestão de Viagem, que faz o controle de diárias no âmbito estadual, é gerenciado pela Coordenadoria de Transportes - SEPLAG/MT que atende às demandas relativas ao sistema de Gestão de Viagem - GV, dando suporte técnico via email, telefone, presencialmente ou por aplicativo de comunicação que registra abertura de chamado no



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

sistema interno de atendimento, com acompanhamento até sua devida conclusão. Inclusive estão atualizando o sistema GV, visando a integração com os sistemas FIPLAN e SEAPS - Manifestação Técnica nº. 003/2021 - SEPLAG/MT.

52. Em 2020, a Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ/MT não realizou capacitação, as orientações ocorreram por meio de malotes do FIPLAN e instrução de serviços emitidos para Coordenadoria de Acompanhamento do Execução Orçamentária, Financeira e Contábil - COFIC, que pertence a Secretária Adjunta da Controladoria Geral do Estado - SACE. Ocorreu, também, videoconferência (Google Meet) orientando às Unidades Orçamentárias em relação aos procedimentos relativos ao encerramento do exercício.

53 . A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, em 2020, em razão de enfrentamento e com medidas de combate a pandemia, proibição de aglomerações, utilizou-se de videoconferência (Google Meet) para capacitação dos Órgãos e Entidades, com relação ao sistema GV.

54. Por serem as atividades de controle de caráter continuado, as melhorias devem ser rotineiramente implementadas, e isso ocorrerá sempre que identificado riscos, sejam: procedimentais, de controle, execução ou operacional, de modo a manter a transparência e aderência às normas de cada processo executado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

55. O presente relatório buscou, em síntese, demonstrar:

- Os achados de problemas e de causas identificadas nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno no ano de 2020, apresentando aqueles com maior volume de ocorrências, distribuídos tanto por órgãos/entidades da administração pública estadual, quanto por pontos de controle e questões de auditoria e;
- Acompanhamento das ações dos Órgãos Centrais do Subsistema Avaliado referentes aos achados de problemas, causas e recomendações realizadas.

56. Diante disso, recomendamos ao Órgão Central - SEFAZ/MT:

Definir no regimento interno ou outro instrumento normativo, a área responsável por gerir e orientar o processo de despesas em regime de adiantamento, conforme Lei Estadual nº 4.454/1982 e art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Atualizar o Decreto Estadual nº 20/1999 relativo à concessão e prestação de contas de adiantamentos em conformidade com as normas vigentes;



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Manter acompanhamento juntamente com as unidades orçamentárias da execução das despesas públicas, visando a redução de despesas incluídas em restos a pagar sem lastro financeiro.

Padronizar os fluxos processuais com as unidades orçamentárias, visando a realização dos empenhos, liquidação e pagamentos das despesas em conformidade com as normas vigentes.

57. Diante disso, recomendamos ao Órgão Central - SEPLAG/MT:

Manter um plano anual de capacitação periódica aos servidores dos Órgãos Centrais e das unidades orçamentárias em relação ao subsistema financeiro.

Elaborar manual relativo a utilização do sistema informatizado de Gestão de Viagem - GV na concessão e prestação de contas de diárias no âmbito estadual.

À apreciação superior.

Cuiabá, 3 de Março de 2021

Marcia Cristina Borges de Souza Okamura
Auditora do Estado

Luciano Marcio Leocadio da Rosa
Auditor do Estado

Breno Camargo Santiago
Superintendente de Controle